

ACM quer reduzir gastos do Senadinho

■ Senador manterá só 8 funcionários e um carro no Rio e abrirá representação em São Paulo que também não terá mordomias

JORGEMAR FELIX

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), está decidido a reduzir a representação da Casa no Rio de Janeiro, conhecida como Senadinho, e a criar uma representação em São Paulo. Dentro do pacote de medidas de reestruturação do Senado — anunciadas em doses homeopáticas, desde a posse de ACM no cargo —, está a manutenção de, no máximo, oito funcionários no Rio, a transferência de três para a capital paulista e o retorno dos 24 restantes a Brasília.

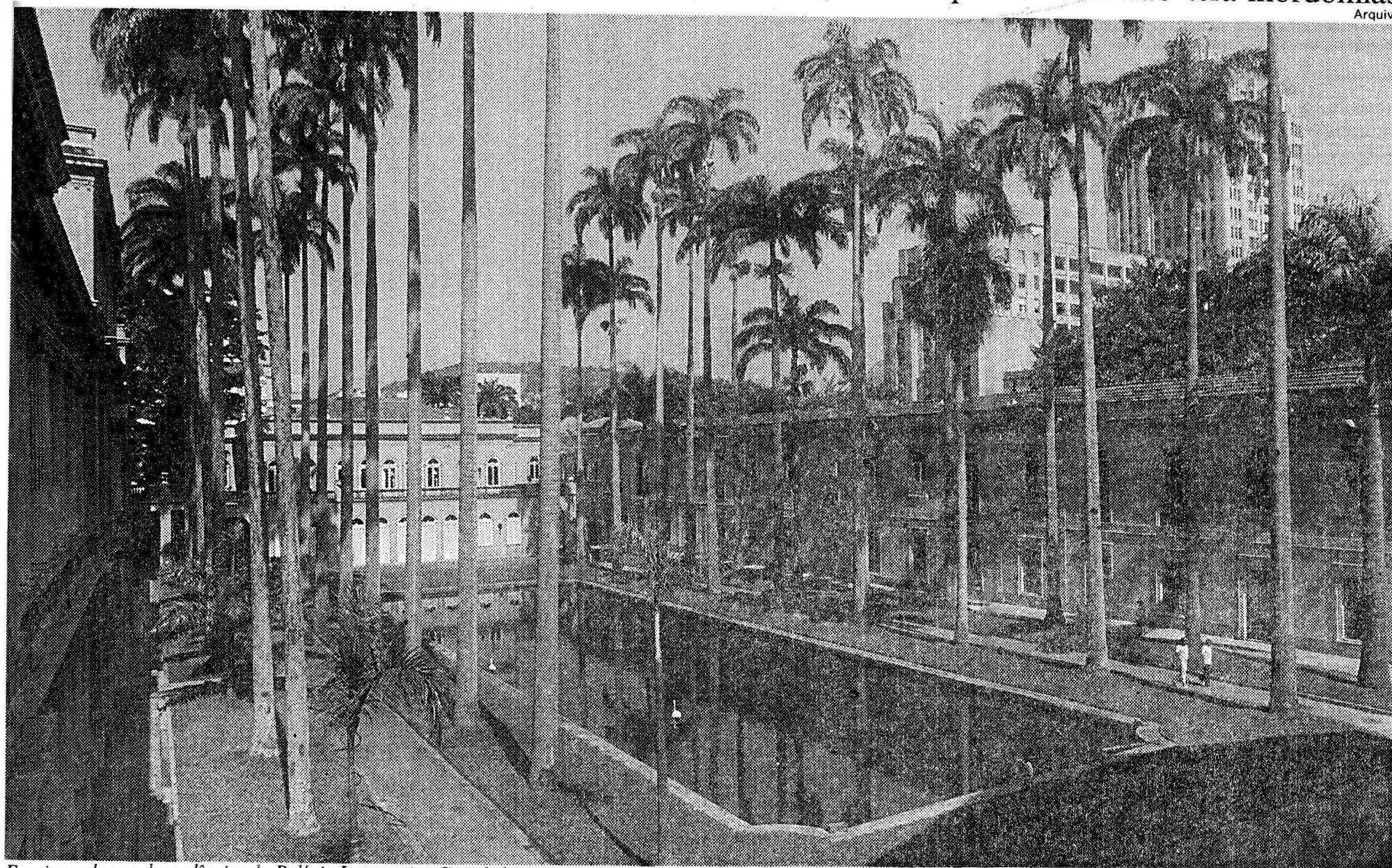
Segundo o senador, a criação da representação paulista e a redução da estrutura no Rio são necessárias para atender a duas prioridades de sua administração: reduzir despesas — o Senadinho custa R\$ 700 mil por mês — e melhorar os serviços da Casa. Os senadores, de acordo com o presidente, precisam de assistência no Rio e em São Paulo para viagens internacionais, pesquisas e levantamento de informações em instituições desses estados. ACM pretende deixar apenas um carro em cada representação para evitar as mordomias. Hoje o Senadinho tem cinco carros e consome 200 litros de gasolina por mês. A maioria dos 35 funcionários do Rio é de motoristas.

O Senadinho, inquilino gratuito do Palácio Itamarati, no Rio, conseguiu escapar de várias tentativas de extinção. A última ocorreu em janeiro na reforma administrativa do Senado, quando a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) assumiram a defesa da anacrônica estrutura que sobrevive na antiga capital. Alguns senadores defendem que o Senadinho, outrora com 100 funcionários, morra aos poucos, à medida que os atuais servidores se aposentarem. Mas a extinção da mordomia é fundamental para atender ao estilo de administração que ACM adotou no Senado.

Sexta-feira — Desde seu primeiro dia no cargo, ACM anuncia todas as sextas-feiras — quando o noticiário político de Brasília carece de novidades — medidas que ele chama de austeras e os adversários (ou incomodados por sua caneta) apelidaram de factóides. ACM despreza essas críticas. “Sempre tive esse estilo e me preocupo é com os senadores que votaram em mim e que, tenho certeza, queriam que eu fizesse exatamente o que estou fazendo”, responde com uma expressão de profundo tédio a essas críticas.

Seja qual for a intenção, ACM encontrou no Senado um campo fértil para sua pregação de austeridade. Há algum tempo, coisas muito estranhas estavam acontecendo por ali. Algumas surpreendem os senadores, como as duas portas blindex que apareceram, sem mais nem menos, na entrada das alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves, dividindo ao meio um corredor sem qualquer necessidade. O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), que tem seu gabinete naquele corredor, parou esta semana diante das portas e perguntou, de braços abertos: “A gente se pergunta por que colocaram essas portas aqui? Não tinha necessidade nenhuma.”

Ninguém arrisca resposta. Outro fato estranho é que, na época, a mesa diretora da Casa também desconhecia que o Senado estava propondo a construção de um prédio anexo — avaliado em R\$ 6 milhões — para instalar agências bancárias e ou-



Funcionando nas dependências do Palácio Itamarati, o Senadinho mantém 5 carros, que consomem 200 litros de combustível ao mês, e 35 funcionários, a maioria motoristas

tros penduricalhos que foram pregados, ao longo do tempo, nas instalações do Legislativo. ACM mandou cancelar esta e outras 10 obras. “As que estão com 90% de execução temos que terminar, mesmo que não sejam absolutamente necessárias, outras serão canceladas definitivamente”, diz.

Gabinete — Essas obras foram decididas e iniciadas na gestão do senador Odacir Soares (PFL-RO) na primeira-secretaria do Senado. Odacir ficou famoso depois de integrar a tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor e, nos últimos dias, seu nome é citado em qualquer roda de conversa no cafezinho do Senado porque o senador recusa-se a deixar o confortável gabinete da primeira-secretaria e retornar a seu gabinete original. O novo secretário, eleito junto com ACM, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), terá que procurar outro espaço e criar um novo gabinete para instalar a primeira-secretaria.

“Não quero criar problemas”, justifica Ronaldo. O presidente do Senado, no entanto, critica: “Acho que isso é irregular, mas se o novo secretário não quer... Se fosse comigo, retomaria o espaço.” Odacir faz que nem é com ele. E dá a seguinte definição para suas obras: “É normal o novo presidente parar algumas obras, mas garanto que todas eram baratas e sem maior importância para o Senado.”

Num ambiente como este, ACM começou a assinar portarias com a facilidade de quem deixa bilhetinhos para a secretária:



ACM vem anunciando medidas que considera austeras e seus adversários, factóides

demituiu 32 assessores da presidência, passou a cobrar R\$ 0,15 pelas cópias xerográficas para pessoas de fora do Senado e determinou a cobrança de aluguel de partidos políticos, agências bancárias e até do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que ocupam salas no Senado. A economia calculada é de R\$ 1 milhão por ano.

O estardalhaço da imprensa com os factóides de ACM provocou irritação no antecessor. O senador José Sarney (PMDB-AP) ficou magoado com o tom de escândalo em torno da demissão de seus apadrinhados, mas já digeriu a repercussão das medidas de ACM: “Isso é natural. Todo presidente tem o seu estilo e faz essas coisas quando começa o mandato. Eu também fiz.” ACM devolve: “Não estou fazendo nada como crítica ao passado.”

Alguns senadores afirmam que Sarney não gostou nada quando ACM trocou sua cadeira no plenário. Sarney preferia sentar na cadeira do Palácio Monroe — antiga sede do Senado no Rio. O móvel, solene e imperial, contrastava com a modernidade da decoração do Senado. Voltou ao lugar a cadeira normal, giratória, mais alta que as outras, também forrada de couro azul. ACM justifica: “Me igualei aos outros senadores ao abrir mão daquele trono.”

O senador dispensou apenas o símbolo, nunca o poder. Suas medidas interferem das roupas dos senadores às relações institucionais do Senado. Depois de atingir o Planalto, apressando a decisão de diminuir a edição de medidas provisórias, ACM quer que o Tribunal de Contas da União funcione em harmonia com o Senado.

Brasília — Jamil Bittar